

SUMÁRIO

<i>Prefácio do atualizador à 5ª edição</i>	11
<i>Prefácio do atualizador à 4ª edição</i>	12
<i>Prefácio do atualizador à 3ª edição</i>	13
<i>Prefácio à 2ª edição</i>	14
Capítulo I – O Direito como Sistema de Normas e a Importância dos Conceitos	15
1. A teoria como conjunto de conceitos	15
1.1 <i>Experiência e teoria</i>	15
1.2 <i>Teoria e prática como instrumentos complementares</i>	16
1.3 <i>Os conceitos na Teoria do Direito</i>	17
1.4 <i>Os conceitos na Teoria do Direito Tributário</i>	19
1.5 <i>As definições legais</i>	19
1.6 <i>O art. 110 do CTN e o equívoco de seus comentadores</i>	20
1.7 <i>A norma do art. 110 como simples explicitação</i>	22
1.8 <i>O princípio da supremacia constitucional</i>	25
2. O direito positivo ou ordenamento jurídico	28
2.1 <i>O Direito como ordenamento ou sistema de normas</i>	28
2.2 <i>Finalidade essencial do ordenamento jurídico</i>	31
2.3 <i>A segurança jurídica na ideia de Direito</i>	33
2.4 <i>Ordenação, unidade e coerência</i>	33
3. O critério hierárquico na superação das antinomias	36
3.1 <i>Hierarquia no sistema jurídico</i>	36
3.2 <i>Importância dos conceitos</i>	36
3.3 <i>Superação das antinomias do sistema</i>	38
4. Os conceitos e a hierarquia das normas	39

4.1	<i>Alteração de conceitos como forma de insubordinação à norma.....</i>	39
4.2	<i>Os conceitos da linguagem comum.....</i>	41
4.3	<i>Os conceitos jurídicos e o elemento temporal.....</i>	42
5.	<i>Conceitos imprecisos e atividade discricionária.....</i>	43
5.1	<i>Atividade administrativa e liberdade.....</i>	43
5.2	<i>Distinção entre a discricionariedade e a presença de conceitos imprecisos.....</i>	44
5.3	<i>Atividade discricionária e atividade vinculada.....</i>	49
5.4	<i>O lançamento tributário.....</i>	50
5.4.1	<i>Conceito.....</i>	50
5.4.2	<i>Definição legal.....</i>	52
5.4.3	<i>Críticas à definição legal de lançamento.....</i>	53
5.4.4	<i>Observações em torno das críticas à definição de lançamento.....</i>	57
5.4.4.1	<i>Lançamento como ato e como procedimento....</i>	58
5.4.4.2	<i>Procedimento constitutivo do crédito.....</i>	61
5.4.4.3	<i>Integração do valor da penalidade pecuniária no crédito tributário.....</i>	62
5.4.5	<i>Procedimento tendente a constituir.....</i>	65
5.4.6	<i>Lançamento como atividade plenamente vinculada e obrigatória.....</i>	66
	<i>Capítulo II – Conceitos Relacionados ao Planejamento Tributário....</i>	67
1.	<i>Considerações preliminares.....</i>	67
2.	<i>Conceitos da Teoria Geral do Direito.....</i>	68
2.1	<i>Considerações iniciais.....</i>	68
2.2	<i>Abuso de direito.....</i>	68
2.3	<i>Abuso de forma.....</i>	71
2.4	<i>Dissimulação.....</i>	71
2.5	<i>Simulação.....</i>	72
3.	<i>Conceitos da Teoria do Direito Tributário.....</i>	75
3.1	<i>Considerações iniciais.....</i>	75

3.2	<i>Economia de impostos</i>	77
3.3	<i>Elisão tributária</i>	78
3.4	<i>Elusão tributária</i>	81
3.5	<i>Engenharia tributária</i>	82
3.6	<i>Evasão tributária</i>	83
3.7	<i>Fraude fiscal</i>	84
3.8	<i>Planejamento tributário</i>	87
4.	<i>O lícito e o ilícito</i>	88
	<i>Capítulo III – O Direito ao Planejamento Tributário</i>	95
1.	<i>Introdução</i>	95
2.	<i>Fundamento jurídico</i>	96
2.1	<i>Sentido da expressão “fundamento jurídico”</i>	96
2.2	<i>Fundamento jurídico do planejamento tributário</i>	97
2.3	<i>Propósito negocial ou extratributário e planejamento tributário</i>	97
3.	<i>A livre iniciativa econômica</i>	98
3.1	<i>Opção política pela liberdade econômica</i>	98
3.2	<i>Garantia constitucional da livre concorrência</i>	99
3.3	<i>Opção pelo menor ônus tributário</i>	101
4.	<i>O princípio da legalidade tributária</i>	105
4.1	<i>Sentido limitador do princípio da legalidade tributária</i>	105
4.2	<i>Confusa distinção entre princípios e regras jurídicas</i>	106
5.	<i>Distinção entre princípios e regras</i>	110
5.1	<i>Considerações iniciais</i>	110
5.2	<i>Questionando a distinção entre princípios e regras</i>	111
6.	<i>Os princípios como limitação do poder de tributar</i>	113
6.1	<i>O princípio da legalidade tributária</i>	113
6.1.1	<i>Origem e significados</i>	113
6.1.2	<i>Significado da palavra “lei”</i>	115

6.1.3	<i>Exigência de lei em sentido restrito</i>	117
6.1.4	<i>As medidas provisórias</i>	118
6.1.5	<i>O requisito da tipicidade</i>	118
6.1.6	<i>Exceções ao princípio da legalidade</i>	120
6.1.7	<i>Função extrafiscal</i>	121
7.	<i>Inadmissibilidade da tributação por analogia</i>	123
8.	<i>Evitar o planejamento é atribuição do legislador</i>	124
8.1	<i>A definição da hipótese de incidência tributária</i>	124
8.2	<i>Regras destinadas a evitar o planejamento tributário</i>	124
	<i>Capítulo IV – Planejamento e Ilícito Tributário</i>	127
1.	<i>Introdução</i>	127
2.	<i>O motivo exclusivamente tributário</i>	128
2.1	<i>Propósito negocial</i>	128
2.2	<i>Propósito exclusivamente tributário</i>	129
2.3	<i>Propósito extratributário</i>	129
3.	<i>Motivo exclusivamente tributário e abuso de direito</i>	129
3.1	<i>Distinção entre propósito negocial e motivo extratributário</i>	129
3.2	<i>Motivo tributário e abuso de direito</i>	130
3.3	<i>A amplitude do conceito de ilícito</i>	132
3.4	<i>O abuso de direito</i>	132
4.	<i>Planejamento e crime contra a ordem tributária</i>	133
4.1	<i>Planejamento tido como ilícito tributário</i>	133
4.2	<i>Erro de direito não configura crime</i>	133
4.3	<i>Planejamento tributário não configura crime</i>	134
5.	<i>O fato e seu significado jurídico</i>	134
5.1	<i>Planejamento tributário e garantias constitucionais</i>	134
5.2	<i>Distinção entre fato e fato jurídico</i>	136

5.3	<i>A licitude como limite ao planejamento tributário</i>	136
5.4	<i>Fronteira entre o uso e o abuso do direito</i>	138
	Capítulo V – Norma Geral Antielisão	139
1.	Introdução	139
2.	A norma geral antielisão no Direito Brasileiro	141
2.1	<i>Inclusão no Código Tributário Nacional</i>	141
2.2	<i>Inconstitucionalidade ou inutilidade</i>	142
2.3	<i>Fundamento da desconsideração</i>	146
3.	O procedimento para a desconsideração	148
3.1	<i>Exigência de procedimento específico</i>	148
3.2	<i>A Medida Provisória 66/2002</i>	149
3.3	<i>Ampliação da possibilidade de desconsideração</i>	155
3.4	<i>Procedimento específico a ser estabelecido em lei</i>	156
4.	Ação do Fisco na ausência do procedimento	157
4.1	<i>Tratamento da elisão como infração à lei tributária</i>	159
5.	Manifestação de Everardo Maciel e Ives Gandra Martins	159
5.1	<i>Quanto às várias questões suscitadas pela norma geral antielisão</i>	159
5.2	<i>Quanto à exigência de procedimento específico</i>	161
5.3	<i>Quanto ao princípio da estrita legalidade</i>	162
5.4	<i>Quanto ao abuso de direito</i>	163
5.5	<i>Tributo pago em face dos atos desconsiderados</i>	163
6.	Utilidade prática da norma geral antielisão	163
6.1	<i>Contribui para evitar conflitos</i>	163
6.2	<i>Procedimento especial</i>	164
	CONCLUSÕES	165
	BIBLIOGRAFIA	171
	ANEXO	179

<i>Normas advindas da Reforma Tributária que guardam relação com o planejamento tributário.....</i>	<i>179</i>
<i>Emenda Constitucional nº 132, de dezembro de 2023</i>	<i>179</i>
<i>A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025</i>	<i>183</i>
<i>Âmbito de incidência do IBS.....</i>	<i>183</i>
<i>Bens e serviços de uso pessoal</i>	<i>183</i>
<i>Outras normas antielisivas contidas na LC 214/2025.....</i>	<i>186</i>
<i>A Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026.....</i>	<i>187</i>
<i>Definição de fraude.....</i>	<i>187</i>